

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.054 - BA (2019/0167713-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MARCIO KAZUO HAYASHI
ADVOGADOS : JORGE JOSÉ DE ARAÚJO JÚNIOR - BA026610
ALESSANDRA PRISCILA ALVES DE FARIA MOURA
SILVA ARAUJO - BA046743
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

MARCIO KAZUO HAYASHI alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, que denegou o HC n. 8021445-93.2018.8.05.0000.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado como incurso no art. 171, *caput*, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Busca-se, por meio deste recurso em habeas corpus, seja determinado o trancamento do Processo n. 559382-53.2017.8.05.0001, por falta de justa causa para a ação penal, haja vista que "o Órgão de acusação estatal imputou ao acusado a prática de um delito sem que houvessem sequer indícios da sua participação" (fl. 129).

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

O trancamento do processo, em habeas corpus, é medida excepcional e somente cabível quando demonstradas **a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas da materialidade do crime e dos indícios de autoria** ou **a existência de causa extintiva da punibilidade**, situações que, em princípio, não reputo caracterizadas nos autos.

A Corte estadual salientou que estão "presentes elementos suficientes ensejadores de justa causa para continuação da ação, e de indícios do nexo de causalidade entre o Paciente a conduta sob apuração", com o destaque de que "os indícios de autoria restaram, suficientemente, demonstrados através das declarações da vítima, depoimentos testemunhais e interrogatórios dos Acusados, colhidos em sede de Inquérito Policial, alicerçando a peça acusatória, para fins de deflagração e prosseguimento da ação penal em curso" (fl. 117).

Assim, ao menos *primo oculi*, não identifico a absoluta

ausência de indícios suficientes de autoria em relação ao recorrente. Consequentemente, não há razões para determinar o encerramento prematuro do processo.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado neste recurso.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**